



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 73ª Reunião Ordinária

17 de agosto de 2021

1 No dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e um, às 16 horas e 10 minutos, membros do
2 Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Londrina (CMDM) e colaboradores reuniram-se
3 para a 73ª Reunião Ordinária da Gestão 2017/2021. A reunião foi realizada através de
4 videoconferência (link: <https://meet.google.com/iwy-qrxt-evx>), como medida de enfrentamento da
5 pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19). Conforme Ofício Circular 008/2021-
6 CMDM a reunião teve a seguinte **pauta**: **1.** Aprovação da ata da 72ª Reunião Ordinária realizada
7 em 20/07/2021. **2.** Correspondências recebidas e enviadas. **3.** Apresentação dos serviços
8 especializados de atendimento à mulher em situação de violência da Secretaria Municipal de
9 Políticas para as Mulheres e o trabalho em rede. **4.** Avaliação do evento realizado na Câmara
10 Municipal de Londrina em alusão ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. **5.** Definição de
11 representantes para o Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e
12 Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de
13 Londrina. **6.** Relato das Comissões. **7.** Informes: **a)** Rede Municipal de Enfrentamento à Violência
14 Doméstica, Familiar e Sexual e contra as Mulheres; **b)** Outros informes. **Conselheiras e**
15 **conselheiros presentes:** Rosalina Batista, Marselle Nobre de Carvalho, Rosângela Portella
16 Teruel, Dilcéia Cardoso de Lima, Luciana Mazzarotto Negrini, Lucimar Rodrigues da Silva Alves,
17 Elaine Ferreira Galvão, Káthia Regina Galdino de Godoy, Lusenir Oliveira Francisco, Tatiene
18 Matoba de Avila, Osvaldo de Souza Campos Junior, Priscila Alexandra Colmiran, Simone Estela
19 Lopes de Arruda, Silvana Aparecida Mariano, Patricia Selvatici Preto, Eunice Miyamoto, Leda
20 Maria Araújo, Renata Cristina Engler Graner e Nilcéia de Fátima Vertuan. **Outras participantes:**
21 Fernanda Serenário (SMPM), Sueli Galhardi (servidora pública municipal aposentada), Analita
22 Soto (EIG). **Justificaram a ausência:** Liange Hiroe Doy Fernandes e Cristiane Aparecida Prado
23 Altero. O registro de presença foi realizado por meio do link
24 [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScMmMHJnwBFTzHNN0CWCsoc2Fr_Z76yT-](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScMmMHJnwBFTzHNN0CWCsoc2Fr_Z76yT-4tQludewi5Lko9A/viewform?usp=sf_link&authuser=1)
25 [4tQludewi5Lko9A/viewform?usp=sf_link&authuser=1](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScMmMHJnwBFTzHNN0CWCsoc2Fr_Z76yT-4tQludewi5Lko9A/viewform?usp=sf_link&authuser=1) disponibilizado no chat da reunião e no
26 Whatsapp dos participantes do CMDM. A presidente do CMDM, D.Rosalina Batista, inicia a
27 reunião dando as boas vindas aos presentes e, verificado o quorum, faz um breve relato de sua
28 preocupação sobre a guerra no Afeganistão e a falta dos direitos e da violência contra as
29 mulheres naquele país. Na sequência, Rosângela faz a leitura da proposta de pauta para
30 aprovação. Aprovada sem ressalvas. **1. Aprovação da ata da 72ª Reunião Ordinária realizada**
31 **em 20/07/2021 (leitura prévia):** Aprovada sem ressalvas. **2. Correspondências recebidas e**
32 **enviadas:** **Recebidas:** a) SEI 19.026.098768/2021-88 – Saúde: Resposta ao Ofício 029/2021-
33 CMDM. Informa que as demandas relacionadas à questão da mortalidade materna e por cânceres
34 de mama, colo de útero e ovário citadas já são desenvolvidas pelo órgão, por meio da Diretoria de
35 Atenção Primária à Saúde. b) SEI 19.026.067126/2021-37 – Educação: Resposta ao Ofício
36 011/2021-CMDM. Informa que as demandas do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres já
37 fazem parte do trabalho do órgão e farão parte das ações do PPA 2022-2025. c) Ofício nº
38 240/2021– CMDCA: Solicita indicação de representantes para o Comitê do Plano Decenal dos
39 Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina. d) Ofício UEL/Projeto Mulheres Construindo
40 Democracia: Solicita apoio institucional à coleção intitulada Planejamento, gestão e controle social
41 de políticas públicas: por mais participação das mulheres. e) Ofício nº. 50/2021–SMPM:
42 Encaminha relatório de atividades do 1º. Semestre/2021 e dados dos serviços da Secretaria
43 Municipal de Políticas para as Mulheres. f) SEI 19.026.109145/2021-48 – SMPM: Informações
44 sobre atendimento de mulheres indígenas, negras, imigrantes, dentre outras (Resposta ao Ofício
45 33/2021-CMDM). **Enviadas:** a) Ofício 031/2021 – Encaminha documentos referentes à Praça
46 Pedro Pezarino. b) Ofício 032/2021 – Apoio às publicações do Projeto Mulheres Construindo
47 Democracia. c) Ofício 033/2021 – Solicita informações SMPM (projetos com recorte de raça/etnia).
48 d) Ofício 034/2021 – Solicita providências SMPOT (audiências públicas). Rosângela destaca que
49 a lista de correspondência foi anexa ao ofício de convocação e faz uma breve explicação dos



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 73ª Reunião Ordinária

17 de agosto de 2021

50 documentos. Explicou, ainda, que a questão da praça do Jardim Igapó foi retirada da pauta desta
51 reunião a pedido da própria conselheira Teresa Mendes, que a havia solicitado. Dando sequência,
52 passa a palavra às servidoras da SMPM, Elaine Galvão - Assessora de Planejamento e Gestão e
53 Lucimar Rodrigues – Diretora de Atendimento Especializado à Mulher, para a apresentação do
54 terceiro ponto de pauta. **3. Apresentação dos serviços especializados de atendimento à**
55 **mulher em situação de violência da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres**
56 **(SMPM) e o trabalho em rede:** A apresentação é iniciada pela assessora Elaine Galvão, que
57 informa que acompanhou os pedidos de informações do CMDM sobre as ações desenvolvidas
58 pela SMPM e achou importante realizar uma fala de esclarecimento no Conselho sobre o
59 atendimento à mulher em situação de violência. Diz que a SMPM tem serviços municipais
60 especializados, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CAM) e a Casa Abrigo Canto
61 de Dália (CACD), mantidos essencialmente com recursos do município. Além disso, a SMPM é
62 responsável pela coordenação e articulação da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência
63 Doméstica, Familiar e Sexual contra as Mulheres. O trabalho nessa área começou no município
64 de Londrina no ano de 1993, antes de existir uma política em nível nacional, sendo o município
65 uma referência para outras cidades. A violência contra a mulher é um fenômeno multifatorial e
66 exige uma atuação multidisciplinar. Todas as políticas públicas têm que estar comprometidas com
67 o combate à violência contra as mulheres. O enfrentamento à violência deve estar incorporado
68 nas pautas e no dia a dia dos serviços que atendem as mulheres. Muitas precisam de um suporte
69 social para construção de sua autonomia, ou seja, não basta somente um atendimento na área da
70 psicologia ou da assistência social, é preciso um apoio nas áreas de habitação, trabalho, saúde,
71 acessibilidade, dentre outras. Por isso é feita a articulação com a rede, levando e identificando
72 demandas, buscando apoio, dialogando com outras secretarias e buscando soluções e estratégias
73 para melhorar o atendimento à população feminina de Londrina. A Diretora de Atendimento
74 Especializado à Mulher, Lucimar Rodrigues, continua explicando que o CAM é um serviço que
75 atua articulado com a rede de serviços. Que o CAM está trabalhando presencialmente, das 8h às
76 18h, e também remotamente. Têm atendimento social, psicológico e orientação jurídica. O
77 encaminhamento ao CAM se dá pela Rede ou espontaneamente. Os locais que mais encaminham
78 fichas de notificações são os hospitais. A entrada no serviço se dá pelo Setor de Acolhida, onde
79 avaliam o grau de risco e oferecem serviços de acordo com esta avaliação, determinando como
80 vão trabalhar com esta mulher sem colocá-la em perigo. Explica a questão da não realização de
81 visita domiciliar, por muitas vezes poder colocar em maior risco a vítima. Explicou também os
82 problemas de realizar a acolhida dentro do território da mulher. A continuidade do atendimento
83 depende da ida da mulher ao CAM. O acolhimento remoto trouxe um aumento nos atendimentos.
84 Existe também no CAM um plantão 24 horas e uma parceria com o 2º Distrito Policial. Além do
85 CAM e da Casa Abrigo há também a Gerência de Inclusão Social e Produtiva que faz
86 encaminhamento das mulheres atendidas pelo CAM ao mercado de trabalho, de forma a contribuir
87 para a promoção da autonomia financeira e pessoal das mulheres atendidas, para superação da
88 situação de violência vivenciada. Elaine finaliza explicando que a Rede é um espaço de
89 articulação das políticas públicas e que os grupos de trabalho lá existentes discutem questões
90 práticas, como fluxos de atendimento, por exemplo. D.Rosalina agradeceu a apresentação e
91 ressalta a importância do CMDM conhecer como é realizado o atendimento das mulheres em
92 outros serviços, tais como na educação, assistência social, habitação, entre outras, reafirmando a
93 necessidade de aproximação com as demais políticas públicas. Silvana Mariano parabeniza pela
94 apresentação do excelente trabalho da SMPM. Kátia, conselheira representante da Secretaria
95 Municipal de Assistência Social, salienta que é importante pensar em novas ações, novas
96 articulações, em especial neste contexto de pandemia, e buscar sempre aprofundar a temática da
97 prevenção e do enfrentamento da violência contra a mulher. Elaine convida a conselheira Kátia
98 para participar das reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Lucimar



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 73ª Reunião Ordinária

17 de agosto de 2021

99 escreve que também estão agendando uma reunião com os CREAS sobre isto. Sueli Galhardi
100 parabeniza Elaine e Lucimar pelo trabalho e apresentação. Rosângela passa para o próximo
101 ponto de pauta. **4. Avaliação do evento realizado na Câmara Municipal de Londrina (CML) em**
102 **alusão ao Dia Estadual de Combate ao Femicídio:** Rosalina começa explicando como e por
103 que se deu a realização do evento na CML. Contou que no final do evento a vereadora Mara Boca
104 Aberta encerrou o ato solene e, nesta hora, o vereador Santão pediu a palavra dirigindo-se a Sra.
105 Maria de Fátima Beraldo de forma desrespeitosa e sendo interrompido pelas vereadoras Mara e
106 Lenir de Assis. Silvana complementa, explicando que o vereador fez um deboche com a Sra.
107 Beraldo, pois ela iniciou sua fala dando boa tarde "a todos, todas e todes", sendo que a palavra
108 "todes" saiu com a entonação na sílaba "to", o que levou o vereador a debochar dizendo que
109 queria cumprimentar aos demais achocolatados. Silvana acredita que houve racismo e sexismo.
110 Enxerga uma repulsa do vereador a esta expressão utilizada para englobar toda uma diversidade
111 de pessoas. Ressalta que além do ocorrido no momento, o vereador ainda editou e divulgou um
112 vídeo em redes sociais. A conselheira Marselle colou no chat a fala integral dita: "Para finalizar, a
113 dona Fátima ao iniciar a palavra dela, ela cumprimentou os todes. Ela falou boa tarde aos todes.
114 Eu até que estranhei isso porque nunca vi uma pessoa cumprimentar um achocolatado, mas
115 talvez seja uma questão de cultura. Eu vou me despedir dizendo boa tarde aos todes, nescaus ou
116 nescais, até não sei se existe plural de achocolatado – e aos leites ninhos, aos cafés e chás, aos
117 derivados de leite e achocolatados". Foram deixados no chat alguns links do vídeo e de
118 reportagens: [https://24h.com.br/politica/vereador-ironiza-linguagem-neutra-e-cumprimenta-](https://24h.com.br/politica/vereador-ironiza-linguagem-neutra-e-cumprimenta-nescaus-e-achocolatados/)
119 [https://www.instagram.com/tv/CSNVvZJA-](https://www.instagram.com/tv/CSNVvZJA-j1/?utm_source=ig_web_copy_link)
120 [j1/?utm_source=ig_web_copy_link,](https://www.facebook.com/santaocanhotanao/videos/529684321602471)
121 <https://www.facebook.com/santaocanhotanao/videos/529684321602471>. Elaine enxerga o ato
122 como uma violência e uma tentativa de silenciamento da pauta da diversidade de gênero. Que se
123 trata de uma ridicularização. Que acredita que se fosse um homem branco naquele momento isto
124 não teria acontecido. Marselle também se manifesta dizendo que se sentiu pessoalmente atacada
125 e que considerou a fala homofóbica, racista e sexista. Diz que foi mais que deselegante, foi
126 violento, desrespeitando os membros da CML e da comunidade. Analita informa que foi feita uma
127 nota de repúdio pela EIG. Sueli questiona quais os encaminhamentos do CMDM frente ao
128 ocorrido e que a manifestação do Conselho deve ser célere. D.Rosalina propõe fazer uma nota
129 pública de repúdio e apoio à Fátima Beraldo. A Plenária se manifesta favorável a esse
130 encaminhamento. A conselheira Marselle se propõe a fazer uma minuta da nota de repúdio e
131 compartilhar no grupo de WhatsApp do CMDM para avaliação e aprovação de todas(os). Sobre a
132 questão da quebra de decoro, Fernanda Serenário explica que pela leitura do Código de Ética da
133 Câmara parece ser cabível solicitar uma investigação por quebra de decoro parlamentar e se
134 propõe a fazer isso pelo CMDM. No chat, Eunice Miyamoto escreve: "As companheiras me
135 contemplaram nas falas. Registramos o repúdio na abertura da Plenária Estadual da CUT em
136 apoio e solidariedade às Maria de Fátima que sofrem estas violências". Eunice Miyamoto deixa
137 registrado: "Nós do CMDM não podemos nos calar e devemos registrar uma nota de repúdio e
138 demais providências para alertar manifestações semelhantes que buscam nos calar e
139 ridicularizar". Por fim, Marselle Nobre de Carvalho coloca no chat sua proposta de: "nota pública
140 do CMDM e encaminhamento a todos os conselhos". A Plenária aprova os seguintes
141 encaminhamentos: 1 - Nota pública do CMDM de repúdio à atitude do vereador e apoio à Fátima.
142 2- Protocolar pedido de apuração de responsabilidade à presidência da Câmara quanto à conduta
143 do vereador. 3 – Enviar ofícios para o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, Conselho
144 Nacional dos Direitos das Mulheres e Ministério Público para comunicar o fato. Rosalina propõe
145 também fazer um ofício de agradecimento à Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres da
146 CML pela realização do evento alusivo ao Dia Estadual de Combate ao Femicídio. Proposta
147 aprovada. **5. Definição de representantes para o Comitê Interinstitucional de Elaboração,**



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 73ª Reunião Ordinária

17 de agosto de 2021

148 **Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do**
149 **Adolescente do Município de Londrina**: Elaine Galvão e Fernanda Serenário informam que o
150 CMDM recebeu ofício do CMDCA solicitando esta indicação e ressaltam a importância de
151 acompanhar o Plano Decenal. Silvana se inscreve como titular. Rosalina como suplente.
152 Representações aprovadas pela Plenária. A próxima reunião do Comitê do Plano Decenal será
153 16/09 e as conselheiras receberão mais informações por e-mail. **6. Relato das Comissões**: em
154 razão do adiantado da hora a Plenária delibera pelo envio do relato das comissões em forma de
155 relatório escrito pelo Whatsapp do CMDM e por e-mail. Segue o relatório: **Comissão de**
156 **enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres**: Coordenação: Pedido
157 encaminhado pela Jaqueline Alves Amendola Heinzl (OAB) para definição de nova coordenadora.
158 Caso de agressão à bancária: conforme solicitado pela plenária, foram enviados ofícios ao
159 Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e à
160 Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (ContraF-CUT).
161 Encaminhamento pendente: - discussão para elaboração de documento sobre o caso de racismo
162 relatado pela conselheira Sandra, do Black Divas, em julho. **Comissão de Saúde**: Coordenação:
163 Elaine Ferreira Galvão (SMPM). Andamento do protocolo de atendimento às gestantes indígenas
164 (GT Étnico-racial da Rede): - Reunião do GT dia 05/08. Tarefas elencadas pela Comissão: -
165 Comissão de Saúde da Mulher do CMDM: levantar e analisar e trazer para o grupo
166 documentos/referências para construção do protocolo; - GT Rede: trazer referências
167 documentos/pessoas para a discussão do tema na perspectiva étnico-cultural para os processos
168 de formação dos profissionais da saúde; - Márcia Cacilda e Gilza: articular reunião com as
169 indígenas na aldeia; - Ver na Maternidade para articular estas ações no local. **Comissão de**
170 **Educação e Capacitação**: Coordenação: Dalcéia Cardoso de Lima (SME). Fernanda e
171 conselheira Geocélia participaram, dia 30/07 de uma oficina de trabalho do MasterPlan Londrina
172 2040. O objetivo foi identificar projetos estratégicos no tema “Londrina Educadora e Inclusiva”, que
173 compreende os temas educação básica, proteção social, reinserção produtiva, entre outras.
174 Foram levadas as demandas constantes no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, além
175 de outras pertinentes aos temas discutidos. O resultado da oficina foi enviado no grupo de
176 Whatsapp da Comissão. **Comissão de Trabalho e Renda**: Coordenação: Pedido encaminhado
177 pela Sirlei Fortes de Jesus (SMPM) para definição de nova coordenadora. Sem relatos no
178 momento. **Comissão de Infraestrutura e Fundo**: Coordenação: Rosângela Portella Teruel
179 (SMPM). Foram encaminhadas duas moções para a 14ª Conferência Municipal de Assistência
180 Social, com o objetivo de fazer constar as demandas da política das mulheres nos documentos da
181 Conferência de modo a contribuir, futuramente, para a destinação de recursos do FNAS para
182 ações e projetos da política para as mulheres. A primeira moção foi de APOIO às propostas da
183 Conferência que visavam ao fortalecimento das políticas de proteção e valorização das mulheres.
184 A segunda foi de RECOMENDAÇÃO das seguintes propostas para o fortalecimento das políticas
185 de proteção e valorização das mulheres: 1. Promover capacitação continuada das equipes dos
186 serviços socioassistenciais em temas como enfrentamento da violência contra mulheres e
187 empoderamento das mulheres; 2. Desenvolver ações afirmativas e ampliar as campanhas
188 voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao combate a todas as formas de discriminação
189 (de raça/etnia, de gênero, de orientação sexual, geracional e das pessoas com deficiência.); 3.
190 Implantar projeto de capacitação de lideranças comunitárias na área de direitos humanos e
191 acesso à justiça, com enfoque no combate a todas as formas de discriminação e violência,
192 descentralizando as ações para os territórios; 4. Desenvolver ações educativas de orientação e
193 formação para crianças e adolescentes, tendo como objetivo a promoção da igualdade de gênero,
194 o combate ao racismo, o respeito à diversidade e o reconhecimento dos direitos sexuais e
195 reprodutivos; 5. Promover o acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social aos
196 programas de acompanhamento sociofamiliar, auxílio natalidade e outros benefícios sociais.

